

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 13 de dezembro de 2012.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luigi Nese, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Gleide Santos Costa, Secretário-Executivo do CODEFAT - Substituto; Paulo Libergott, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Geraldo Ramthun, Conselheiro Titular Representante da NCST; Joilson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; João Edilson de Oliveira, Conselheiro Suplente Representante da CGTB; Caio Mario Alvares, Conselheiro Titular Representante da CNT; Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Suplente Representante da CNTur; e, Alexandre Venzon Zanetti, Conselheiro Suplente Representante da CNS - Saúde. **Convidado:** Nilton Vasconcelos Júnior, Representante do FONSET.

1 Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e doze, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho
2 e Emprego, teve início a Centésima Décima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do
3 Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a direção do Vice-Presidente do CODEFAT e
4 Conselheiro Titular Representante da CNS, Sr. Luigi Nese. **I – ABERTURA:** O Vice-Presidente
5 cumprimentou os presentes, dando as boas vindas ao Secretário-Executivo do CODEFAT -
6 Substituto, Sr. Gleide Santos Costa, e ao Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. Geraldo
7 Ramthun, os quais participavam pela primeira vez de reunião do CODEFAT. Em seguida, passou
8 ao subtópico **I-a - Relato, pelo Secretário-Executivo do CODEFAT, sobre a 116ª Reunião**
9 **Ordinária do GTFAT, realizada em 6 de dezembro de 2012.** O Secretário-Executivo do
10 CODEFAT - Substituto, Sr. Gleide Santos Costa, relatou as principais sugestões de alterações
11 apresentadas no GTFAT: i) Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT –
12 PDE: maior alocação de recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
13 Familiar - PRONAF; e, ii) Plano Nacional de Qualificação – PNQ: disponibilizar, também para os
14 educadores, os Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Registrou que o FONSET manifestou-
15 se contrário à proposta de alteração dos prazos para disponibilização, pela conveniente, da planilha
16 de custos no sistema de gestão e informação do MTE, bem como para alteração do cronograma de
17 atividades. Observou que o Ministério solicitou ao FONSET que encaminhasse proposta de prazos
18 para ser estudada pelo Departamento de Qualificação – DEQ/SPPE/MTE. Destacou que foram
19 efetuadas as seguintes solicitações no GTFAT: 1) CUT - criação de um grupo de trabalho com o

20 intuito de revisar as linhas do FAT destinadas às grandes empresas, para que elas não tivessem
21 aplicação automática; 2) FONSET - criação de parceria entre a Rede SINE e as instituições
22 financeiras oficiais federais, com supervisão do MTE, para atender os trabalhadores com perfil
23 empreendedor, com vistas à concessão de microcrédito, a exemplo da experiência obtida pelo SINE
24 Paraná; 3) CTB - apresentação, bimestral, de relatório sobre os resultados das ações de qualificação
25 profissional, ao que o MTE propôs a inclusão de relatório demonstrando os resultados das ações de
26 intermediação de mão de obra. Ponderou, quanto à proposta da CUT, que o regimento interno do
27 CODEFAT estabelecia que a sua Secretaria Executiva poderia constituir grupos de trabalho,
28 mediante deliberação do Colegiado. Em relação à solicitação do FONSET, de parceria entre a Rede
29 SINE e as Instituições Financeiras, informou que seria sugerida à equipe da Coordenação-Geral de
30 Emprego e Renda – CGER a realização de uma visita ao Paraná para conhecer essa experiência e
31 trazer ao CODEFAT uma proposta formalizada. Quanto à apresentação de relatórios, esclareceu que
32 a demanda seria tratada pelas equipes técnicas das áreas de qualificação profissional e de
33 intermediação de mão de obra. Informou que a Representante do FONSET, em nome do Secretário
34 de Estado do Trabalho, da Bahia, Sr. Nilton Vasconcelos Júnior, propôs a ampliação de até 4
35 (quatro) para até 6 (seis) parcelas do benefício do seguro-desemprego, visando atender situação
36 excepcional e urgente que atingiria a localidade em referência, haja vista anúncio da empresa
37 Vulcabrás/Azaléia de que promoveria a demissão de cerca de 3,5 mil trabalhadores naquela região.
38 O Secretário-Executivo do CODEFAT – Substituto finalizou, ressaltando que foi explicada ao
39 FONSET a necessidade de formalizar junto ao MTE a solicitação de parcelas adicionais do seguro-
40 desemprego, a fim de ser encaminhada para análise das áreas técnicas competentes, em
41 conformidade com a Resolução CODEFAT nº 592, de 11 de fevereiro de 2009, que *aprova os*
42 *critérios técnicos que orientarão o prolongamento do prazo do benefício do Seguro-Desemprego*
43 *aos setores mais atingidos pelo desemprego, identificados pelo MTE por meio do CAGED.* Na
44 sequência, o Vice-Presidente passou ao tópico **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Ata da**
45 **117ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2012.** O Vice-Presidente indagou se
46 havia alguma observação, em não havendo, considerou aprovada a Ata em referência. Em seguida,
47 passou ao tópico **III – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 2 - Termos Aditivos – TA**
48 **aos Termos de Alocação de Depósito Especial do FAT – TADE, realizados no período de**
49 **outubro a novembro de 2012.** O Secretário-Executivo do CODEFAT - Substituto informou que no
50 período em referência foram celebrados 3 (três) TA no montante de R\$590,0 milhões, assim
51 distribuídos: i) CAIXA – PROGER Urbano Investimento – R\$410,0 milhões; ii) BB – FAT
52 Turismo Capital de Giro – R\$150,0 milhões; e, iii) BB – FAT Taxista – R\$30,0 milhões. O Vice-
53 Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em
54 tela. Na sequência, passou ao **ITEM 3 – Proposta de Resolução que dispõe sobre a**

55 **Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE, para o exercício de**
56 **2013.** O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT/SPOA/SE/MTE, Sr. Paulo
57 César Bezerra de Souza, relatou que o MTE/CODEFAT alocava os recursos do Fundo para
58 programas de desenvolvimento econômico de geração de emprego e renda, por meio de
59 empréstimos ao BNDES, em consonância com o art. 239 da Constituição Federal de 1988, e
60 mediante depósitos especiais, de acordo com a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991. Explicou
61 que os depósitos especiais eram destinados ao financiamento de programas de geração de emprego
62 e renda por intermédio das instituições financeiras oficiais federais, constituindo-se em uma das
63 mais importantes fontes de recursos de financiamentos para o desenvolvimento econômico e social
64 do País, com significativo impacto na geração de trabalho, emprego e renda, bem como na melhoria
65 da qualidade de vida da população brasileira. Apontou que no exercício de 2012, segundo valores
66 projetados em 20/11/2012, o Fundo apresentaria receitas de R\$55,59 bilhões, e obrigações
67 (despesas + empréstimos constitucionais ao BNDES) de R\$56,84 bilhões, o que implicaria, caso
68 confirmadas as projeções, resultado nominal negativo da ordem de R\$1,25 bilhão. Assinalou que as
69 projeções apontavam que o FAT, no exercício de 2013, apresentaria receitas de R\$57,26 bilhões e
70 obrigações de R\$60,05 bilhões, o que implicaria resultado nominal negativo no montante de R\$2,78
71 bilhões, ressaltando, no âmbito das despesas, o aumento de dispêndio de 3,00% e 15,42% para
72 pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, respectivamente. No âmbito
73 das receitas, em 2013, destacou a destinação de R\$10,38 bilhões para a Desvinculação de Receitas
74 da União – DRU, bem como a necessidade de aporte de R\$3,26 bilhões de recursos do Tesouro
75 Nacional. Declarou que como resultado do fluxo de caixa do FAT, estimava-se aplicar em depósitos
76 especiais, como novos recursos, no exercício de 2013, o montante de R\$3,5 bilhões, distribuído
77 entre Programas (R\$2,70 bilhões) e Linhas de Crédito Especial (R\$800,0 milhões). Relatou a
78 distribuição por Programas: i) PROGER Urbano Investimento - MPE, Cooperativas e Outros -
79 R\$1,024 bilhão; ii) PROGER Urbano – PROGER Exportação – R\$6,0 milhões; iii) FAT Fomentar -
80 MPE – R\$800,0 milhões; iv) PRONAF Investimento – R\$500,0 milhões; v) FAT Pró-Inovação -
81 MPME – R\$140,0 milhões; e, vi) FAT PNMPO – R\$230,0 milhões. Em seguida, passou a
82 distribuição por Linhas de Crédito Especial: i) FAT Turismo Investimento – R\$280,0 milhões; ii)
83 FAT Turismo Capital de Giro – R\$370,0 milhões; e, iii) FAT Taxista – R\$150,0 milhões. Ressaltou
84 que na proposta em tela foram consideradas as prioridades para alocação de novos recursos em
85 projetos de investimentos no âmbito das Micros, Pequenas e Médias Empresas - MPME, para as
86 quais seriam destinados 74,9% dos recursos para financiamento de diversos segmentos da
87 economia, além de 14,3% para a agricultura familiar, e 10,8% para financiar o microcrédito e a
88 aquisição de táxi. Observou que algumas políticas de governo, não obstante seu benefício para a
89 sociedade, implicavam aumento de despesas e redução de receitas do FAT, impactando

90 negativamente nas contas do Fundo. O Coordenador-Geral da CGFAT finalizou, explicando,
91 quanto ao exercício de 2013, que cada R\$1,0 de aumento do salário mínimo representaria
92 crescimento de cerca de R\$65,0 milhões no pagamento do benefício do seguro-desemprego,
93 enquanto a redução de 0,5% na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP implicaria redução de receitas
94 do FAT da ordem de R\$850,0 milhões. O Vice-Presidente sugeriu o aumento de recursos para os
95 depósitos especiais, principalmente para alocação em Micro e Pequena Empresa - MPE, destacando
96 a importância do investimento nesse porte de empresa para o crescimento econômico do País, bem
97 como para a geração de emprego e renda, abrindo em seguida as inscrições para manifestação. O
98 Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, observou que as
99 projeções para 2013 apontavam a destinação de R\$10,38 bilhões de receitas do FAT para a DRU,
100 enquanto haveria necessidade de aporte do Tesouro Nacional de R\$3,26 bilhões, acrescentando que
101 considerava imperioso o acompanhamento do debate em torno da desoneração do PIS/PASEP, dada
102 as suas implicações nas receitas do Fundo. Ressaltou a importância de se discutir ações visando à
103 redução da rotatividade de mão de obra. O Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino
104 Marques Severo, considerou louvável a alocação de recursos no programa FAT Pró-Inovação.
105 Observou, quanto ao Abono Salarial, que os parâmetros apontavam crescimento de 7%, enquanto as
106 projeções apontavam crescimento de 15%. Solicitou estudo a fim de verificar qual seria o impacto
107 da desoneração da folha de pagamento nas receitas do FAT. O Coordenador-Geral da CGFAT
108 esclareceu que o percentual de 7% se referia ao crescimento do número de beneficiários do Abono
109 Salarial, enquanto 15% indicava aumento do dispêndio com pagamento do Abono. Ponderou que o
110 MTE estava buscando, junto ao Ministério da Fazenda - MF, informações a respeito da desoneração
111 da folha de pagamento, do seu impacto nas receitas do FAT, as quais seriam repassadas aos
112 Conselheiros assim que fossem recebidas pelo Ministério. O Conselheiro Titular Representante do
113 BNDES, Sr. Paulo Libergott, destacou que o volume de investimentos, na economia, estava caindo
114 em função do mercado, e não da falta de recursos, com os investidores adotando uma posição mais
115 cautelosa. O Vice-Presidente declarou que o capital de giro, na MPE, era utilizado, na maior parte,
116 para contratação de mão de obra. O Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. Geraldo
117 Ramthun, solicitou que fosse verificada a possibilidade de apresentar dados mais atuais em relação
118 ao seguro-desemprego. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que na Nota Técnica nº
119 142/2012-CGFAT/SPOA/SE/MTE, de 28/11/2012, constante do material da presente reunião, havia
120 a projeção do número de beneficiários do seguro-desemprego até o ano de 2016. O Conselheiro da
121 NCST inquiriu sobre quanto representava a redução do pagamento do benefício do seguro-
122 desemprego em função da colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho. O Secretário-
123 Executivo do CODEFAT – Substituto relatou que solicitaria a área técnica competente a elaboração
124 de um informe sobre o assunto para ser distribuído aos Conselheiros. O Conselheiro Titular

125 Representante da CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, observou que o abono salarial
126 era impactado pela formalização da mão de obra, solicitando que fosse informado quanto
127 representava trabalhadores com ganhos de até 2 (dois) salários mínimos no total de trabalhadores
128 formais. O Coordenador-Geral da CGFAT relatou que a informação em referência se encontrava no
129 item 9 da nota técnica supramencionada, onde constava que, segundo dados da Relação Anual de
130 Informações Sociais – RAIS, ao final de 2011 havia 46,3 milhões de trabalhadores formais, dos
131 quais 22,9 milhões ganhavam até 2(dois) salários mínimos, ou seja, representavam 49,4% do total
132 de trabalhadores formais do País. O Vice-Presidente defendeu o aumento de recursos para a PDE,
133 tendo em vista a importância de promover investimentos na economia, ponderando que capital de
134 giro, para o setor de serviços, deveria ser considerado como investimento. O Conselheiro do
135 BNDES observou que o crédito para giro, nos bancos comerciais, era mais acessível do que o
136 destinado a investimento, acrescentando que para esse último havia cobrança de juros mais
137 elevados, haja vista que levava mais tempo para ser pago. Referiu-se a linha FAT Taxista para
138 declarar que considerava mais importante a aplicação de recursos em investimentos. Observou que
139 o aumento da PDE poderia implicar dificuldades para os Bancos no caso de uma necessidade de
140 retorno antecipado de recursos, defendendo que se aguardasse até meados de 2013 para apurar a
141 execução da PDE, a fim de verificar se haveria a necessidade, e condições financeiras, de efetuar
142 acréscimo de recursos para os depósitos especiais. O Conselheiro Suplente Representante do MF,
143 Sr. Manoel Joaquim de Carvalho Filho, enfatizou que se por um lado o FAT perderia recursos com
144 a desoneração da folha de pagamento, por outro ganharia com o aumento da empregabilidade, o que
145 reduziria dispêndio com pagamento do seguro-desemprego. Declarou que também considerava
146 oportuno esperar até meados de 2013 para averiguar a execução da PDE. O Vice-Presidente
147 declarou que não colocaria em votação sua sugestão de aumento da PDE, mas que deixava o
148 assunto para reflexão. A cerca da discussão da DRU, o Representante do FONSET, Sr. Nilton
149 Vasconcelos Júnior, ressaltou a necessidade de se promover, oportunamente, discussão sobre o
150 financiamento do seguro-desemprego e do abono salarial. O Vice-Presidente indagou se havia mais
151 alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a PDE/2013. Prosseguindo, passou ao
152 **ITEM 4 - Proposta de Resolução que prorroga a vigência da linha de crédito especial FAT**
153 **Taxista.** A Titular da Coordenação-Geral de Emprego e Renda – CGER/DES/SPPE/MTE, Sra.
154 Lucilene Estevam Santana, relatou que a proposta de alteração em tela visava prorrogar para até
155 31/12/2014 a vigência da linha em referência, que tinha por objetivo financiar a aquisição de
156 veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi. Relatou que, de
157 janeiro de 2010 a outubro de 2012, foram realizadas 7.276 operações no âmbito da linha FAT
158 Taxista, tendo sido aplicados R\$181,0 milhões de recursos do Fundo. Assinalou que a prorrogação
159 em referência pretendia atender ao aumento da demanda de passageiros que deveria ocorrer em

160 função dos eventos esportivos que serão realizados no Brasil até 2016, destacadamente a Copa das
161 Confederações, em 2013, a Copa do Mundo FIFA, em 2014 e as Olimpíadas, em 2016. O Vice-
162 Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em
163 tela. Em seguida, passou ao **ITEM 5 - Proposta de Resolução que aprova formulário para a**
164 **concessão do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal.** O Titular da Coordenação do Seguro-
165 Desemprego e do Abono Salarial – CSDAS/CGSAP/DES/SPPE/MTE, Sr. Enivaldo Antônio
166 Lagares, relatou que durante o defeso de 2007/2008, o MTE implantou, em plataforma web, sistema
167 visando agilizar e melhorar o processo de recepção do Seguro Desemprego Pescador Artesanal –
168 SDPA, encaminhando aos postos de atendimento formulário pré-impresso com dados cadastrais dos
169 pescadores. Ponderou que o Ministério, desde então, vem adotando ações a fim de minimizar os
170 impactos negativos que cercavam o Programa SDPA, cabendo destacar a implantação do Portal
171 Mais Emprego, mediante o qual o posto tinha acesso aos requerimentos do Programa, devidamente
172 preenchidos, com base nas informações do defeso anterior e a habilitação on-line dos requerimentos
173 incluídos no Sistema. Esclareceu que essas medidas não superaram todos os problemas, razão pela
174 qual o MTE estava propondo um novo modelo de formulário para requerimento do SDPA, em via
175 única com protocolo de recebimento, objetivando facilitar o manuseio dos requerimentos pelos
176 postos de atendimento e a redução do dispêndio com a sua confecção, bem como minimizar o
177 tempo de preenchimento do mesmo. Ressaltou que também estava sendo proposta a aceitação, até
178 31/12/2013, da versão atual de formulário em duas vias, haja vista o estoque existente. O Vice-
179 Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da CUT indicou a necessidade de
180 se estudar formas de submeter o SDPA às entidades representativas dos pescadores, visando
181 minimizar fraudes. O Representante do FONSET sugeriu a realização de uma nova reunião com o
182 Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA a fim de informar sobre os controles relativos ao SDPA.
183 O Vice-Presidente informou que seria encaminhado convite ao MPA para prestar esclarecimentos
184 sobre os resultados dos controles implementados pelo referido órgão. O Vice-Presidente indagou se
185 havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela. Na
186 sequência, passou ao **ITEM 6 - Proposta de Resolução que altera a de nº 679, de 29 de**
187 **setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do**
188 **Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações**
189 **governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano**
190 **Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego –**
191 **SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.** A Titular da Coordenação-Geral de
192 Certificação e Orientação Profissional – CGCOP/DEQ/SPPE/MTE, Sra. Mariângela Rodrigues
193 Coelho, explicou que a proposta de alteração em tela visava adequar a legislação aos procedimentos
194 de verificação das inconsistências e de análise das evidências apresentadas pelas convenentes

195 durante o processo de monitoramento e supervisão dos convênios de qualificação profissional.
196 Apresentou as propostas de alterações que o Ministério pretendia implementar: i) estabelecer que as
197 ações formativas denominadas cursos, aulas teóricas e práticas, não poderão ter carga horária
198 inferior a 80 horas; ii) permitir a dispensa do auxílio transporte, mediante declaração assinada pelo
199 aluno, no ato da inscrição, de que reside próximo ao curso e não necessita do mencionado benefício;
200 iii) estabelecer que as conveniadas e/ou executoras deverão disponibilizar no sistema de gestão e
201 informação disponibilizado pelo MTE, no mínimo até 15 dias úteis, antes da data fixada para o
202 início das ações, a planilha detalhada de custos, contendo a composição de todos os custos
203 unitários, e o cronograma de execução das ações; e, iv) estabelecer que o cronograma de execução
204 das ações poderá ser alterado somente em casos excepcionais, devidamente justificados e aceitos
205 pela entidade contratante, e formalmente comunicados ao DEQ/SPPE, devendo tal alteração constar
206 no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo MTE, até 10 dias úteis antes da data de
207 início da ação objeto da alteração. Em seguida, apresentou as proposta de inclusão de dispositivos
208 visando melhor entendimento dos normativos: 1) Acrescentar § 5º no Art. 23 da Resolução nº
209 679/2011: *É vedada a contratação de entidades privadas com fins lucrativos*; 2) Acrescentar o item
210 XXIII no Capítulo 10 do Termo de Referência da Resolução nº 679/2011: *Deverá ser*
211 *disponibilizado, juntamente com o kit de aulas práticas, Equipamento de Proteção Individual – EPI*
212 *para os educandos e educadores participantes de cursos cujas ocupações exijam sua utilização,*
213 *nos termos da legislação vigente. Os equipamentos de proteção individual devem ser adequados ao*
214 *risco da ocupação e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de*
215 *ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos*
216 *educandos e educadores*; e, 3) Acrescentar o item XIII no Capítulo 11.5 do Termo de Referência da
217 Resolução nº 679/2011: *Será considerado como concluinte o aluno que atingir 75% de presença*
218 *referente à carga horária total do curso de qualificação*. Destacou que algumas das alterações iam
219 ao encontro de recomendações emanadas pela Controladoria-Geral da União - CGU, bem como
220 levavam em consideração sugestões apresentadas pelo GTFAT e pelo FONSET. O Vice-Presidente
221 abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Suplente Representante da CNTur, Sr.
222 Sebastião Antunes Duarte, indagou se todas as prefeituras tinham conhecimento do PNQ. A
223 Coordenadora-Geral da CGCOP informou que o DEQ/SPPE estava trabalhando junto com a
224 Assessoria de Comunicação - ASCOM/MTE um plano de divulgação do PNQ, ressaltando que na
225 página eletrônica do Ministério constavam informações sobre o Plano. Destacou que o MTE
226 encontrava dificuldades para firmar convênio com os municípios em função de problemas de
227 gerenciamento das prefeituras, bem como de limitação de recursos pelo Ministério. O Representante
228 do FONSET destacou a importância da parceria do Fórum com o MTE, em especial com a
229 Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, observando que os executores teriam grande

230 dificuldade em atender os novos prazos constantes da proposta de resolução em tela. Registrou que
231 os estados vinham aportando recursos para a manutenção da rede SINE e para as ações de
232 qualificação profissional, haja vista que os recursos do FAT não vinham sendo suficientes para
233 arcar com os custos dessas ações. Relatou que a empresa Vulcabrás/Azaléia, no estado da Bahia,
234 havia anunciado o desligamento de cerca de 3.500 postos de trabalho, razão pela qual estava
235 pleiteando a concessão de duas parcelas adicionais do benefício do seguro-desemprego para o setor
236 calçadista baiano. O Secretário-Executivo do CODEFAT – Substituto esclareceu, quanto à demanda
237 do seguro-desemprego, que havia recebido um telefonema do Secretário-Executivo do MTE e
238 Presidente do CODEFAT, Sr. Marcelo Aguiar, solicitando, a pedido do Ministro do Trabalho e
239 Emprego, Sr. Carlos Daudt Brizola, prioridade na apreciação do pleito apresentado pela Secretaria
240 de Estado do Trabalho da Bahia, ressaltando que, caso a análise técnica do MTE fosse favorável à
241 extensão das parcelas adicionais do seguro-desemprego, o Presidente solicitaria permissão ao
242 CODEFAT para aprovar essa demanda mediante resolução *ad referendum*. O Conselheiro da CTB
243 declarou que se sentia contemplado com a vedação da contratação de entidades privadas com fins
244 lucrativos para a execução da qualificação profissional, acrescentando que as ações, nessa área,
245 eram muito tímidas frente aos desafios colocados para o País, se fazendo necessário maior
246 envolvimento dos estados e municípios no sentido de promover a qualificação profissional.
247 Registrou indignação com a demissão de funcionários da empresa aérea WebJet, promovida pela
248 empresa aérea Gol, no que foi acompanhado por toda a Bancada dos Trabalhadores. O Conselheiro
249 da Força Sindical sugeriu que o CODEFAT já deixasse uma indicação a favor da aprovação *ad*
250 *referendum* de parcelas adicionais do benefício do seguro-desemprego para o setor calçadista da
251 Bahia, condicionada a parecer favorável da área técnica, o que contou com o apoio de todos. O
252 Vice-Presidente fez um aparte para observar que não haveria necessidade de criação de um Grupo
253 de Trabalho para discutir renovação de linha de crédito para grandes empresas, sugerindo que o
254 assunto fosse tratado em reunião extraordinária do GTFAT, o que também contou com o apoio de
255 todos. O Secretário-Executivo do CODEFAT – Substituto sugeriu que fosse realizada reunião
256 específica do GTFAT, após a 1ª reunião do Grupo em 2013, para debater o assunto em referência. O
257 Conselheiro da CUT solicitou que fosse apresentado ao Conselho os resultados da qualificação
258 profissional. O Secretário-Executivo do CODEFAT – Substituto informou que seria solicitado à
259 Coordenação do SINE – CSINE/CGER/DES/SPPE/MTE e ao Departamento de Qualificação -
260 DEQ/SPPE/MTE a elaboração de relatórios sobre os resultados da intermediação de mão de obra e
261 da qualificação profissional, respectivamente, os quais seriam distribuídos aos Conselheiros em
262 reunião do CODEFAT. O Vice-Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não
263 havendo, considerou aprovado o Item em tela. Prosseguindo, passou ao tópico **IV –**
264 **APRESENTAÇÃO: ITEM 7 - Tema: Operacionalização da linha FAT Turismo, pelo Banco**

265 **do Brasil.** O Representante do Banco do Brasil, Sr. Walter Febrão Júnior, explicou que a linha em
266 tela foi lançada em cerimônia realizada na sede do Banco do Brasil, em Brasília/DF, no dia 17 de
267 outubro de 2012, em comemoração ao dia da Micro e Pequena Empresa – MPE, acrescentando que
268 no dia do lançamento foram efetuados eventos semelhantes nas Superintendências de Varejo do
269 Banco do Brasil. Destacou a repercussão do lançamento da linha FAT Turismo na mídia, a saber: i)
270 a principal mídia de exposição foram os impressos de circulação regional; ii) a informação sobre o
271 lançamento da linha alcançou 10 estados, com 15 veículos; iii) o lançamento foi manchete de
272 página em edições do Jornal da Tarde - SP e Jornal de Brasília – DF; iv) na mídia nacional, o
273 lançamento foi antecipado pelo Brasil Econômico; e, v) as informações também atingiram veículos
274 on-line e rádios, com mais destaque para a Bandnews. Explicou que a presente linha visava apoiar
275 as MPE nas oportunidades geradas pelos grandes eventos esportivos a serem realizados no Brasil:
276 Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014. Apresentou as características gerais
277 da linha: 1) Público Alvo – empresas com faturamento bruto anual de até R\$25,0 milhões; 2) Limite
278 Financiável – até R\$2,0 milhões por empresa; 3) Prazo – até 84 meses, incluídos até 24 meses de
279 carência; e, 4) Encargos Financeiros – a partir de TJLP + 4,5% anual, equivalente a 0,82% mensal.
280 Apontou os principais itens financiáveis pela linha: i) capital de giro; ii) capacitação de pessoal; iii)
281 máquinas e equipamentos; iv) licenças e royalties para utilização das logomarcas oficiais; v)
282 ampliação e reforma; e, vi) veículos e embarcações para o transporte de pessoas. Finalizando,
283 informou o desempenho da linha FAT Turismo no período de 17/10/2012 a 10/12/2012: I) Capital
284 de Giro – R\$220,0 milhões de recursos internalizados, dos quais R\$185,0 milhões foram
285 desembolsados e R\$35,0 milhões se encontravam em andamento; e, II) Investimento - R\$50,0
286 milhões de recursos internalizados, dos quais R\$12,3 milhões foram desembolsados e R\$4,6
287 milhões se encontravam em andamento. O Vice-Presidente parabenizou o Banco do Brasil pela
288 grande divulgação da linha de crédito FAT Turismo, ressaltando que esperava que o Banco fizesse
289 o mesmo trabalho para todas as linhas que operacionalizasse. Em seguida, passou ao tópico **V –**
290 **OUTROS ASSUNTOS: ITEM 8 - Entrega dos seguintes documentos: Relatório da Execução**
291 **da PDE – REL-PDE; Boletim de Informações Financeiras do FAT – 5º Bimestre/2012;**
292 **Periódico INFORME PROGER – Dados até outubro/2012; Relatório da aplicação das**
293 **disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-**
294 **Extramercado; e, Calendário de Reuniões do GTFAT e do CODEFAT para o exercício de**
295 **2013.** O Vice-Presidente relatou que os documentos em referência se encontravam na mídia digital
296 distribuída a cada Conselheiro no início dos trabalhos. Finalizou, desejando a todos um Feliz Natal
297 e um próspero Ano Novo, convidando os Conselheiros e funcionários do MTE para um almoço de
298 confraternização que estava oferecendo no Restaurante Dom Francisco, situado no Setor de Clubes
299 Sul, Brasília/DF. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Vice-

300 Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,
301 Gleide Santos Costa, Secretário-Executivo do CODEFAT - Substituto, lavrei a presente Ata que,
302 após aprovada, será assinada pelo Vice-Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e
303 por mim.

LUIGI NESE

Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNS

GLEIDE SANTOS COSTA

Secretário-Executivo do CODEFAT - Substituto

PAULO LIBERGOTT

Conselheiro Titular Representante do BNDES

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO

Conselheiro Suplente Representante do MF

JOÃO LUIZ GUADAGNIN

Conselheiro Suplente Representante do MDA

QUINTINO MARQUES SEVERO

Conselheiro Titular Representante da CUT

SÉRGIO LUIZ LEITE

Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

GERALDO RAMTHUN

Conselheiro Titular Representante da NCST

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO

Conselheiro Titular Representante da CTB

JOÃO EDILSON DE OLIVEIRA

Conselheiro Suplente Representante da CGTB

CAIO MARIO ALVARES

Conselheiro Titular Representante da CNT

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE

Conselheiro Suplente Representante da CNTur

ALEXANDRE VENZON ZANETTI

Conselheiro Suplente Representante da CNS - Saúde
